

Desafios na implementação da Educação Permanente em Saúde e a enfermagem: revisão integrativa

Gilson Aquino Cavalcante
Faculdade UNINASSAU - Natal
Email: aquinogilson@yahoo.com.br

Jonatas Gomes Neri
Faculdade UNINASSAU - Natal
Email: jonatasgomesneri@gmail.com

Arlean Salvador da Silva
Faculdade UNINASSAU - Natal
Email: arlleansallvador@gmail.com

Felyckson Sosttenes Carvalho de Oliveira
Faculdade UNINASSAU - Natal
Email: felycksonsosttenes@gmail.com

Kaliene Souza Gonçalves
Faculdade UNINASSAU - Natal
Email: kaliene_goncalves@hotmail.com

Mestra Janice da Silva Cortez
Faculdade UNINASSAU - Natal
Email: janicecortez@yahoo.com.br

Resumo

Introdução: Em todas as áreas do conhecimento, a busca pelo processo educativo que acompanhe os profissionais e promova melhorias nos ambientes de trabalho tem sido uma constante. No âmbito da saúde não é diferente. Nesse contexto, a educação permanente apresenta-se como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a transformação dos processos formativos e para a organização dos serviços. **Objetivo:** Identificar os principais fatores que dificultam a implementação da educação permanente aos profissionais de enfermagem. **Método:** Pesquisa de cunho bibliográfico apresentado em forma de revisão integrativa com abordagem exploratória e qualitativa sobre o tema. **Resultados:** Os fatores que dificultam o

processo de implementação da EPS nos serviços de saúde e conseqüentemente na equipe de enfermagem, são relacionados com a dificuldade de saber a diferenciação dos tipos didáticos que estão sendo desenvolvidos na prática, falta de investimento por parte do poder público/privado, falta de tempo em decorrência da deficiência no quadro de profissionais e a jornada de trabalho da enfermagem, além da resistência dos profissionais com essas práticas educacionais. **Conclusão:** Para que ocorram mudanças neste cenário é necessário transcurso de mudanças e que essas transformações sejam oriundas das próprias instituições de ensino técnico e superior, ou seja, no futuro profissional.

Palavras-Chave: Enfermagem. Educação em Enfermagem. Educação Permanente.

Challenges in the implementation of Permanent Education in Health and nursing: integrative review

Abstract

Introduction: In all areas of knowledge, the search for an educational process that follows professionals and promotes improvements in work environments has been a constant. Health system it is not different. In this context, lifelong education presents itself as a strategic action proposal capable of contributing to the transformation of training processes and to the organization of services. **Objective:** To identify the main factors that complicate the implementation of permanent education for nursing professionals. **Methods:** A bibliographic research presented as an integrative review with an exploratory and qualitative approach on the theme. **Results:**

*The factors that complicate the process of permanent health system implementation in health services and, consequently, in the nursing team, are related to the difficulty of knowing the difference of the didactic types that are being developed in practice, lack of investment by the public power and private initiative, lack of time due to disability in the professional framework and the nursing workday, as well as the resistance of professionals with these educational practices. **Conclusion:** In order to occur changes in this scenario, it is necessary to make changes that come from the institutions of technical and higher education, that is, in the professional future.*

Keywords: Nursing. Education, Nursing. Education, Continuing.

INTRODUÇÃO

A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e ao funcionamento de toda a sociedade, portanto esta precisa cuidar da formação de seus indivíduos, auxiliando-os no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais e prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. O homem deve ser sujeito de sua própria educação, não pode ser objeto dela, isto implica em uma busca contínua do homem, como um ser ativo na construção do seu saber, responsabilizando-se por sua educação, procurando meios que o levem ao crescimento e aperfeiçoamento de sua capacidade¹.

Em todas as áreas do conhecimento, a busca pelo processo educativo que acompanhe os profissionais e promova melhorias nos ambientes de trabalho tem sido uma constante². No âmbito da saúde não é diferente, a necessidade de garantir uma assistência de qualidade à população tem fomentado essa preocupação. Desta forma a educação dos profissionais de enfermagem merece maior atenção, uma vez que há necessidade de preparar as pessoas para as mudanças no mundo e no contexto do trabalho, procurando-se conciliar as necessidades de desenvolvimento pessoal e grupal com as da instituição e as da sociedade³.

Para dar respostas às transformações ocorridas no mundo do trabalho, a educação permanente deve ser considerada como uma estratégia para a qualificação dos trabalhadores de saúde, dentre eles os profissionais da enfermagem⁴. Nessa perspectiva, em fevereiro de 2004 foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente, através da Portaria 198/GM/MS, com a finalidade de formar e capacitar profissionais da saúde para atenderem às reais necessidades da população, conforme os princípios do SUS⁵.

No âmbito das políticas nacionais de saúde, a educação permanente apresenta-se como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a transformação dos processos formativos, das práticas pedagógicas e assistenciais e para a organização dos serviços, empreendendo um trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas várias esferas, gestões e instituições formadoras⁴.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (EPS) propõe que os processos de educação permanente dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Devendo-se levar em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm, desta forma, transformando suas práticas e da própria organização do trabalho⁶.

A EPS valoriza a aprendizagem no trabalho, portanto, torna-se necessária a articulação permanente do quadrilátero do SUS – trabalhadores, usuários, formadores e gestores –, para construir compromissos com a transformação do modelo assistencial, com o objetivo de

desenvolver a educação para uma atuação crítica e reflexiva visando à integralidade da atenção⁷.

A preparação de profissionais e estudantes de acordo com os princípios do SUS visa romper com a atual organização do trabalho desempenhado nos serviços de saúde, pois esse trabalho tem sido realizado de forma fragmentada, ou seja, a saúde coletiva separada da clínica, a gestão separada da atenção, e assim por diante⁵. A ação de EPS não trata de capacitação ou treinamento, mas da construção de conhecimentos em uma vinculação horizontal, intersetorial e interdisciplinar⁷.

A história mostra que a enfermagem se fundamentou na caridade, na religiosidade, na intuição e na submissão ao saber médico, sendo prática rotineira e mecanicista³. Esses autores afirmam que na atualidade a enfermagem ainda é fortemente influenciada pela visão cartesiana do homem, pois a assistência é fragmentada. O trabalho executado de forma fragmentada intensifica a lacuna existente entre as ações desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem, acarretando a compartimentalização da pessoa a ser cuidada⁵.

Diante disso e tendo em vista que a Política de Educação Permanente em Saúde vai de encontro ao modelo fragmentado e mecanicista do processo de trabalho, visando à interdisciplinaridade do cuidado, percebe-se que a educação permanente não tem sido implementada de maneira eficiente aos profissionais de enfermagem. É essencial o desencadeamento de processos de capacitação dos trabalhadores de enfermagem, cujo trabalho é de vital importância para a melhoria da atenção oferecida pelos serviços de saúde⁵.

Diante do exposto questionou-se “que fatores estariam relacionados às dificuldades de se implementar a educação permanente na Enfermagem?”. O presente estudo visa agregar conhecimento científico acerca dessa temática, bem como colaborar com o avanço das políticas públicas educativas que visem à melhoria na implementação da educação permanente aos profissionais de enfermagem. Esta pesquisa tem como objetivo identificar os principais fatores que dificultam a implementação da educação permanente aos profissionais de enfermagem.

MÉTODOS

Pesquisa de cunho bibliográfico apresentado em forma de revisão integrativa com abordagem exploratória e qualitativa sobre o tema. Essa metodologia é adequada para analisar publicações e identificar entre outros aspectos, regularidades, tipos, assuntos examinados e métodos empregados⁸. A fase de análise aconteceu por meio de leituras exploratórias, seletivas, analíticas e interpretativas.

O primeiro momento consistiu na seleção dos documentos a serem analisados, retomada da questão norteadora e objetivo da pesquisa a partir do contato direto e intenso com o material. O segundo momento, exploração do material, consistiu na operação classificatória e visou alcançar o núcleo de compreensão dos textos. Foi obtida a classificação e agregação dos dados, extraído os resultados responsáveis pela especificação do tema. No terceiro momento, foram analisados e interpretados os resultados de acordo com a leitura do material⁹.

O levantamento bibliográfico deu-se por meio de buscas de produções indexadas no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Literatura Internacional em

Ciências da Saúde (MEDLINE), ScientificElectronic Library Online (SCIELO) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Para tanto, pesquisou-se os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Enfermagem, Educação em Enfermagem e Educação Permanente. A busca foi realizada no período de agosto a outubro de 2017.

Foram encontrados e lidos 14 artigos para melhor compreensão do tema, mas referenciados apenas 9 artigos, pois cinco foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Teve-se como critérios de inclusão: artigos originais, completos e disponíveis na íntegra, em português e que atendessem ao objetivo do trabalho. O ano não foi critério de inclusão devido aos poucos estudos publicados sobre o tema. Já os critérios de exclusão foram: artigos de revisão, que não estavam completos, nem na íntegra, e ainda aqueles que não estivessem em português e que não atendiam ao objetivo do trabalho. Assim, após a leitura, foram feitos fichamentos dos artigos nos quais foram destacados os principais tópicos de cada artigo, tais como: Título, autores, ano, objetivos, metodologia, resultado e conclusão. Desta forma foram identificados os

principais fatores que dificultam a implementação da educação permanente em enfermagem.

Os aspectos éticos foram respeitados na medida em que os autores das obras eram devidamente referenciados ao longo do trabalho, de acordo com as normas de Vancouver e a lei de direitos autorais 9.610/98.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo teve como limitação a baixa quantidade de artigos encontrados nas bases de dados pesquisadas. Assim percebeu-se que esta temática é pouco discutida e estudada pelos profissionais e pesquisadores da área, sendo assim sugerimos a realização de novos estudos sobre o tema.

Os artigos selecionados foram lidos na íntegra, e, após leitura mais detalhada, foi realizado a síntese dos dados, conforme tabela 01, a qual possibilitou a identificação dos principais fatores responsáveis pela dificuldade na implementação da educação permanente em enfermagem. A síntese dos dados foi utilizada como base para apresentar os resultados e discussão descritos a seguir.

Baseado nos principais fatores que interferem na implementação da educação em saúde podemos detalhar:

Desconhecimento do conceito de Educação Permanente em Saúde (EPS)

Quanto ao conceito de EPS, os pesquisadores dessa área têm descrito vários princípios para expressar essa proposta, e até mesmo para diferenciá-la de outros processos de educação no local de trabalho, como a educação continuada (EC). Não foram encontrados conceitos em comuns pelos profissionais da enfermagem, gerando assim falta de confiança para executar a EPS¹⁰.

A dificuldade ocorre ao conceituarem educação permanente e educação continuada, mesmo para profissionais de nível universitário, reforçando a necessidade de revisão e divulgação desses conceitos. Essa problematização vem desencadeando dificuldades, dificultando o processo de implantação por falta de conhecimento dos enfermeiros quanto aos conceitos.

A educação permanente é um aprendizado no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações das atividades da educação, e a continuada é

desenvolvida por meios de atividades educativas construídas de maneira desarticulada em relação à gestão, à organização do sistema e ao controle, entre os profissionais nos serviços de saúde.

Percebe-se que os trabalhadores da saúde, dentre eles o enfermeiro, ao serem abordados sobre a diferença entre os termos educação continuada e educação permanente, não sabem responder ou têm uma concepção diferente daquela preconizada pelas portarias ministeriais. Alguns dizem conhecer o termo educação continuada, fato que pode ser justificado pela maior aplicação e difusão dessa estratégia quando comparada a educação permanente¹⁰.

Autonomia do enfermeiro

Os estudos mostram a autonomia para a realização das atividades relacionadas à competência do enfermeiro, visto a sua importância quanto à realização da educação permanente e ressaltando-a como estratégia para aquisição e atualização de conhecimentos e formação de agentes multiplicadores, junto aos usuários e à equipe de saúde, onde busca a facilidade de saberes para propor um melhor aprendizado frente aos serviços de saúde¹¹.

O princípio da autonomia deve nortear a relação que existe entre os profissionais de saúde e os pacientes e contribuir para uma relação harmoniosa, na qual cada um ocupa seu espaço em uma interação entre sentir, pensar e agir. O enfermeiro, como gestor de um serviço de saúde, deve atentar sobre a importância da educação permanente quanto às necessidades do serviço, devendo pôr em práticas o aprendizado, para estabelecer em conjunto, atividades educativas que possa evoluir o processo, no que diz respeito às dificuldades dessa educação. Atualmente, os profissionais não estão priorizando a educação permanente, pelo fato de, muitas vezes, terem perdido a autonomia para executá-la, devido a falta de recursos que deveriam ser disponibilizados pela gestão dos serviços de saúde. Assim, dificulta mais ainda programar a estratégia da educação permanente¹².

Falta de investimentos por questões políticas

A descontinuidade das ações educativas pode está relacionada as questões políticas, muitas vezes os profissionais têm a iniciativa do desenvolvimento da educação permanente, mas com a falta de investimento da gestão, eles acabam encontrando dificuldades no processo da implantação, perdendo autonomia

para criar e executar a EPS. As mudanças de gestores de uma determinada região dificultam a continuidade das ações educativas; entretanto o desconhecimento e/ou outros fatores pode representar um sério fator restritivo à implantação das propostas de EPS, foi observado que os gestores nem sempre têm compreensão do papel da EPS, em razão de muitos destes não terem conhecimento das especificidades da educação permanente dificultando a implantação da EPS¹³.

A falta de conhecimento é uma das principais dificuldades enfrentadas quanto às necessidades da educação permanente. Um melhor entendimento da gestão irá facilitar a construção participativa na valorização de uma melhor educação no trabalho em enfermagem. As ações educativas precisam estar conectadas à realidade dos sujeitos, com valorização das vivências e trocas de experiências que permitam entrelaçar o pensar, o saber e o fazer, com isso um processo educativo passa para uma contextualização de saberes dentro do âmbito assistencial, nas diferentes modalidades de aprendizagem nos serviços de saúde¹³.

Sendo assim, faz-se necessário que os gestores entendam sobre esse processo para que possam investir mais na sua

implantação, de forma que a equipe de enfermagem ganhe mais autonomia e liberdade para fazer as atividades educativas, já que na maioria das vezes existe um projeto de educação permanente, mas que não foi implantado por falta de recursos financeiros não enviados pela gestão⁵.

Valorização do modelo Biomédico e cultural do tecnicismo

O Modelo Biomédico, inspirado na visão mecanicista do ser humano, considera que saúde é mera ausência de doença, como se fosse uma máquina, que quando uma peça quebra basta apenas reparar, isto é, uma assistência curativista. Sabe-se que a enfermagem é fundamental na assistência em saúde, sendo responsável por promover a EP na sua equipe. Assim, na medida em que falta essa assistência, esse processo educativo torna-se incapaz de ser implantado.

A valorização desse modelo faz com que o indivíduo tenha um papel passivo no controle do seu bem-estar, limitando-se a procurar um técnico que imediatamente se responsabiliza pela “cura” dos aspectos biológicos da sua saúde, através da cirurgia ou de fármacos. Com essas questões acometidas no processo saúde-doença,

evidenciam-se as dificuldades para propor uma melhor qualidade assistencial para os pacientes¹⁴.

As ações educativas são mais voltadas para os procedimentos técnicos de enfermagem, que respondem ao modelo hegemônico de cuidado e de atenção à saúde, denominado modelo biomédico, no entanto, ele deve ser parte de um processo educativo mais amplo e construtivo, onde a técnica seja contextualizada com toda a equipe de enfermagem, assim como outros aspectos do âmbito conceitual e atitudinal, facilitando o desenvolvimento da educação permanente em saúde para que possa utilizar uma assistência problematizadora. Com a ausência do modelo problematizador, a EP em enfermagem não será implantada, pois dificulta o desenvolvimento voltado para uma visão holística dos pacientes¹⁰.

Resistência dos profissionais

Um estudo mostrou que pode haver resistência dos profissionais a participar das atividades de educação permanente por se considerarem detentores dos conhecimentos necessários, adquiridos durante a formação acadêmica, fatores que alimenta o autoritarismo dos profissionais em evidência, sempre

impondo seu conhecimento como algo já aprendido e que dispensa atualizações. Os enfermeiros podem realizar atividades de educação permanente que atendam concretamente às dificuldades vivenciadas no local de trabalho ou podem simplesmente considerá-las desnecessárias. Sabe-se que a educação permanente é de sobre importância para o desenvolvimento das atividades educativas, no que diz respeito às necessidades dos serviços de saúde e para a evolução do aprendizado dos profissionais no aprimoramento do conhecimento técnico-científico⁵.

Muitos profissionais deixam a desejar em termo de conhecimento quanto a educação permanente, essa questão vem dificultando a inserção da educação permanente. Um diálogo problematizado iria ajudar a quebrar essa barreira e, conseqüentemente, facilitar a junção da educação com os profissionais. Nesta forma de organização das ações educativas, é prioridade o desenvolvimento dos sujeitos e das instituições, uma vez que ela é desenvolvida a partir das características e dos interesses de todos os segmentos, assim podendo estimular os profissionais a perder essa resistência frente a educação permanente¹³.

Propostas criadas, mas não implantadas

Evidencia-se que a educação no trabalho da enfermagem, deve deixar de ser apenas proposta, para passar a ser estratégia de atuação em busca da melhoria do processo de trabalho como um todo. Visto que é preciso entrar em vigor e institucionalizar as propostas da política, dentro dos serviços de saúde. Foi observado que a não valorização e falta de incentivo dos gestores políticos, são as dificuldades encontradas para a implementação da educação permanente e com isso, as necessidades no serviço são prejudicadas.

Muitas vezes as propostas não são colocadas em prática por falta de investimento e devido às condições do ambiente e conhecimento técnico-científico não estarem apropriadas para a realização das propostas, no entanto, as propostas criadas no âmbito da EP, devem ser contextualizadas quanto aos serviços de saúde, visando uma ampliação de acesso na implantação das atividades da educação frente os profissionais de saúde, permitindo assim uma melhor estratégia de atuação dos mesmos, quanto a melhoria do aprimoramento nos serviços de saúde².

Segundo alguns estudos a não aplicação da EP trata-se por fatores que apontam de forma efetiva principalmente no que se refere a integração ensino-serviço, pois não há uma efetiva integração entre docentes do Departamento de Enfermagem com os enfermeiros assistenciais, além dos enfermeiros não ter disponibilidade para a capacitação. Desta forma, com a carência na relação ensino-serviço, evidencia-se que não há uma aproximação dos profissionais de saúde na EP, que correspondam às suas necessidades na organização da assistência em saúde¹³.

Deficiência do quadro de profissionais e jornada de trabalho de enfermagem

O processo de trabalho em saúde envolve uma série de atividades, sendo que, atualmente, a assistência em saúde aos usuários, desenvolve-se em uma diversidade de ações na promoção à saúde e prevenções de doenças. Nesta perspectiva, o quantitativo de pessoas interpõe-se no desenvolvimento da assistência, levando os profissionais a não terem tempo disponível para procurarem uma atualização. A baixa disponibilidade de profissionais e a carência de atualizações deles, por não terem tempo disponível para participar das atividades de EP em enfermagem,

interferem na implantação, devido à falta de regularidade entre o tempo e a disponibilidade de atualização de suas atividades.

Além da sobrecarga de trabalho, as longas jornadas de trabalho realizadas por profissionais da enfermagem geram estresse, interferindo em sua aprendizagem, pois perdem a motivação para se atualizar e buscar aperfeiçoamento em suas competências. Tais barreiras, junto ao deficiente quadro de profissionais da área nas unidades de saúde, impossibilitam o processo de implementação da EP em enfermagem¹³.

Limitação a cursos de capacitação

Foi possível verificar que as atividades de EP são limitadas a cursos de capacitação. Neste aspecto, a capacitação foi colocada como ferramenta para obtenção da melhoria na realização da assistência e também entendida como forma de valorização do trabalhador, visto em uma ampliação do desenvolvimento técnico-científico para a realização de ações que venha desencadear resultados educativos diante da educação permanente em enfermagem. No que depende do desejo dos profissionais, existe motivação da equipe de enfermagem para se

capacitar, para aprender, mas existem dificuldades que interferem na realização das ações educativas e, em grande parte, também na aplicação do que se aprende.

Os profissionais admitem ser difícil colocar em prática o que é aprendido e apontam as questões administrativas como fatores que interferem na realização das ações. Com isso, esse fator acaba gerando problemas para os serviços de saúde. Parece que se coloca um impasse, realizando-se as capacitações, mas não criando condições prática para mudanças, a partir de ações educativas em conformidade com os princípios que as orientam, limitando a aprendizagem em cursos que visam apenas encher os profissionais de conteúdo, não problematizando a aprendizagem, de acordo com a realidade da instituição, e indo de forma contrária com o que é proposto pela política nacional de educação permanente¹¹.

Para que deem resultado, as ações de educação permanente em enfermagem devem estar articuladas com os dispositivos de mudanças organizacionais, principalmente com os novos estilos de gestão de pessoas. O direcionamento de cada problematização, dentro desse contexto,

irá facilitar um melhor desenvolvimento dos profissionais quanto às práticas educativas, não devendo assim limitar o profissional a incorporar somente conhecimentos, propostos pelos cursos de capacitação¹¹.

Educação à distância como um elemento potencial na implementação da educação permanente em saúde

A educação à distância (EAD), surge como ferramenta estratégica importante, que irá proporcionar aos profissionais da saúde uma melhor flexibilidade de ensino. Sendo assim o ensino à distância resulta na combinação comunicativa que permitirá um grande número de pessoas da saúde em busca da atualização de variados recursos tecnológicos, onde o professor não está fisicamente presente. Dessa forma, esses profissionais não precisam ir constantemente para uma sala de aula, proporcionando mais tempo para se mesmo. Essa modalidade de ensino, que acontece por videoconferência, com professores virtuais, facilita a aprendizagem¹⁵.

Mesmo diante desse potencial da EAD quanto à educação permanente, há uma deficiência na utilização dessa modalidade, visto que alguns profissionais da área têm dificuldades

quanto ao uso dos meios tecnológicos, com a falta de tempo, e com os tutores, pela distância de moradia entre eles. Esses fatores acabam interferindo na visão de alguns profissionais, quanto à serventia dessa educação. Embora haja essas pequenas dificuldades, a EAD continua sendo um fator em potencial na implementação da educação permanente¹⁶.

A EAD está sendo comprovada como uma modalidade de educação eficaz, possibilitando atendimento e qualidade, acesso a aprendizagem, constituindo uma forma de democratização do saber, onde os profissionais desenvolvem estratégia de ensino de forma facilitadora para os educandos que tem certos obstáculos na aula, presencialmente. Os profissionais da saúde devem lutar para conseguir uma melhor ampliação nas exigências do mundo contemporâneo, onde permita que os usuários escolham os meios de produção quando e onde eles quiserem aprender de acordo com os desimpedimentos¹⁶.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou trazer uma compreensão mais aprofundada sobre a educação permanente em saúde, principalmente no que diz respeito a

enfermagem, correlacionando com as orientações da PNEPS.

Disso pode-se concluir que os fatores mais frequentes responsáveis pelas dificuldades no processo de implementação da EPS nos serviços de saúde e conseqüentemente na equipe de enfermagem, são relacionados com a dificuldade de saber a diferenciação dos tipos didáticos que estão sendo desenvolvidos na prática. Existe a falta de investimento por parte do poder público/privado e resistência dos profissionais dessas práticas educacionais. Para que ocorram mudanças neste cenário é necessário transcurso mudanças e que essas transformações sejam oriundas das próprias instituições de ensino técnico e superior, ou seja, no futuro profissional.

REFERÊNCIAS

1. Paschoal AS, Mantovani MF, Méier MJ. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. Rev. Esc. Enferm. USP 2007; 41(3): 478-84. [Acesso em 13 ago 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n3/19.pdf>.
2. Cavalcante EFO et al. Prática da educação permanente pela enfermagem

- nos serviços de saúde. Rev. Enferm. UFPE OnLine, Natal (RN), fev 2013; n. 10. [Acesso em 10 out 2017]. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>.
3. Paschoal AS, Mantovani MF, Lacerda MR. A educação permanente em enfermagem: subsídios para a prática profissional. Rev. Gaúcha. Enferm., Porto Alegre (RS), set 2006; 27(3): 336-43. [Acesso em 15 ago 2017]. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchoadeEnfermagem/article/view/4621/2633>.
4. Jesus MCP et al. Educação permanente em enfermagem em um hospital universitário. Rev. Esc. Enferm. USP 2011; 45(5): 1229-36. [Acesso em 01 set 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n5/v45n5a28.pdf>.
5. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009, 64p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). [Acesso em 05 ago 2017]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf.
6. Amestoy SC et al. Educação permanente e sua inserção no trabalho da enfermagem. Cienc Cuid Saude, Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), jan-mar 2008; 7(1): 083-088. [Acesso em 10 out 2017]. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/4910/3213>.
7. Sarreta FO. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 248 p. ISBN 978-85-7983-009-9. [Acesso em 05 ago 2017]. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/29k48/pdf/sarreta-9788579830099-05.pdf>.
8. Davim RMB, Torres GV, Dantas JC. Representação de parturientes acerca da dor de parto. Rev. Eletr. Enf. 2008; 10(1): 100-109. [Acesso em 2 ago 2017]. Disponível em: https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v10/n1/pdf/v10n1a09.pdf.
9. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, 2010.

10. Hetti LB et al. Educação permanente/continuada como estratégias de gestão no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. *Rev. Eletr. Enf., Ribeirão Preto (SP)*, out-dez 2013; 15(4). [Acesso em 10 out 2017]. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-19442013000400015.
11. Jesus MCP et al. Educação permanente em enfermagem em um hospital universitário. *Rev. Esc. Enferm. USP* 2011; 45(5): 1229-36. [Acesso em 10 out 2017]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000500028&script=sci_abstract.
12. Menezes SRT, Priel MR, Pereira LL. Autonomia e vulnerabilidade do enfermeiro na prática da Sistematização da Assistência de Enfermagem. *Rev Esc Enferm USP* 2011; 45(4): 953-958. [Acesso em 10 out 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n4/v45n4a23.pdf>.
13. Silva LAA et al. A educação permanente no processo de trabalho de enfermagem. *Rev. Enferm. Cent. O. Min., set-dez 2016; 6(3): 2349-2361*. [Acesso em 10 out 2017]. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/ecom/article/view/1027>.
14. Fentanes LRC, et al. Autonomia profissional do enfermeiro: revisão integrativa. *Cogitare Enferm.*, jul-set 2011; 16(3): 530-5. [Acesso em 10 out 2017]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4836/483648968020.pdf>.
15. Campos KA, Santos, F.M. A educação a distância no âmbito da educação permanente em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). *Rev. Serv. Público, Brasília*, out-dez 2016; 67(4): 603-626. [Acesso em 23 out 2017]. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1055/785>.
16. Oliveira MAN. Educação à Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, set-out 2007; 60(5): 585-589. [Acesso em 22 out 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n5/v60n5a19.pdf>.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Apresentação dos trabalhos utilizados na pesquisa

| AUTORES | PERIÓDICO | TÍTULO | SÍNTESE |
|-------------------------|----------------------------------|---|---|
| Amestoy et al (2008) | CiencCuidSaude | Educação Permanente e sua Inserção no Trabalho da Enfermagem | O presente artigo teve como objetivo apresentar a política nacional de educação permanente, bem como estimular uma reflexão crítica, sobre sua utilização nas instituições hospitalares, fundamentada nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). O mesmo não apresenta qual metodologia utilizada. |
| Jesus et al (2011) | RevEscEnferm USP | Educação permanente em enfermagem em um hospital universitário | Este estudo seguiu os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos e foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa responsável pelo estudo, utilizou-se a pesquisa-ação como fundamento teórico-metodológico, já que possibilita a ação ou a resolução de um problema coletivo no qual os participantes estejam envolvidos de forma participativa e cooperativa. |
| Menezes et al (2011) | RevEscEnferm USP | Autonomia e vulnerabilidade do enfermeiro na prática da Sistematização da Assistência de Enfermagem | Abordou-se uma pesquisa bibliográfica sistemática e qualitativa a partir da análise do conteúdo de artigos de periódicos científicos, que trataram da implantação/implementação do processo de enfermagem ou sistematização da assistência de enfermagem. |
| Fentanes et al (2011) | Cogitare Enfermagem | Autonomia profissional do enfermeiro: revisão integrativa | Trata-se de uma revisão integrativa que seguiu os seguintes passos: definição do tema e questão norteadora; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; definição das informações a serem extraídas dos estudos; avaliação dos estudos; interpretação dos principais resultados e a elaboração do documento que contempla todas essas fases. |
| Hetti et al (2013) | Revista electronic de Enfermagem | Educação permanente/continuada como estratégias de gestão no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência | Estudo descritivo de abordagem qualitativa que busca uma compreensão única do fenômeno em estudo. Trabalha com o universo de significados a partir de descrições minuciosas onde se captam as percepções, emoções e interpretações do sujeito inserido em seu contexto. |
| Cavalcante et al (2013) | Rev Enferm UFPE On Line | Prática da educação permanente pela enfermagem nos serviços de saúde | Estudo de revisão integrativa da literatura, caracterizado pela investigação de estudos já existentes, visando a obter conclusões a respeito de um tópico particular; é uma ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para a compreensão do fenômeno analisado. |
| Silva et al (2013) | Res. Fundam. Care | Núcleo de educação permanente em enfermagem: perspectivas em um hospital de ensino | O artigo em questão se trata de uma pesquisa bibliográfica que segundo Martins cumpre assinalar que a modalidade deste tipo de estudo se fundamenta a partir da disseminação de contribuições teóricas a respeito de um determinado assunto adquiridas através de livros e artigos, e solicita uma análise científica, bem como se constitui tanto em um caminho para se conhecer a realidade, como a busca por respostas para as questões propostas. |

| | | | |
|--------------------|--------------------|---|---|
| Silva et al (2016) | Rev. Enferm. Cent. | A educação permanente no processo de trabalho de enfermagem | Pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória. Os sujeitos do estudo foram enfermeiros atuantes em áreas correspondentes a cinco unidades básicas de saúde e cinco hospitais (dois hospitais públicos de grande porte e dois hospitais filantrópicos de grande porte, que atendem média e alta complexidade, e um hospital privado de médio porte de média complexidade). |
|--------------------|--------------------|---|---|

Como citar este artigo

Cavalcante AC, Neri JG, Silva AS, Oliveira FSC, Gonçalves KS, Cortez JS. Desafios na implementação da Educação Permanente em Saúde e a enfermagem: revisão integrativa. *Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais*. [online], volume 03, n. 4. Editor responsável: Luiz Roberto de Oliveira. Fortaleza, mês e ano, p. 50-75. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/resdite/index>. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 30/12/2017

Data de aprovação do artigo: 20/02/2018
